



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATA DE REUNIÃO - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA		
CONVOCADO POR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR.		DATA: 04/11/2024
PARTICIPANTE	CARGO/SETOR	MODO DE PARTICIPAÇÃO
JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR	DESEMBARGADOR CORREGEDOR DA CGJPA	PRESENCIAL
LÚCIO BARRETO GUERREIRO	JUIZ AUXILIAR DA CGJPA	PRESENCIAL
HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO	JUIZ DE DIREITO - NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
DAVID JACOB BASTOS	JUIZ DE DIREITO - NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
HERENA MAUÉS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO	PRESENCIAL
LUCIANA ALBUQUERQUE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	PRESENCIAL
LULY FISCHER	UFPA	PRESENCIAL
FLAVIO RICARDO	ITERPA	ONLINE
VANDERSON QUARESMA	CODEM	PRESENCIAL
ROSA PAES	INSTITUTO TECNOLÓGICO VALE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	PRESENCIAL
FLAVIO HELENO SOUZA	REGISTRADOR DE IMOVEIS DO 2º OFICIO DE BELEM	PRESENCIAL
CLEOMAR MOURA	REGISTRADOR DE IMOVEIS DO 1º OFICIO DE BELEM	ONLINE
ETELVANA ALVAREZ	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE ANANINDEUA	PRESENCIAL
MYRZA TANDAYA PEGADO	CRI E REGISTRADORA DE IMOVEIS DE MARITUBA	PRESENCIAL
IDELZUITH CARDOSO	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE SANTA ISABEL DO PARÁ	PRESENCIAL
VANESSA MENEZES	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE BREU BRANCO	PRESENCIAL
RENATA RODRIGUES ALMEIDA	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE CAPITÃO POÇO	ONLINE
GLEICE PINTO	MUNICÍPIO DE CAMETÁ	ONLINE
PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL	ANALISTA JUDICIÁRIO - CGJ	PRESENCIAL
MONIQUE SOARES LEITE	ANALISTA JUDICIÁRIO - CGJ	PRESENCIAL

ASSUNTOS DISCUTIDOS

DEVOLUTIVAS SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS DELIBERADOS NA ÚLTIMA REUNIÃO (16.09.2024)

1. ENCAMINHAMENTO DE MATERIAL E DOCUMENTAÇÃO PARA O CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE ANANINDEUA, PARA REALIZAR A REURB NOS NÚCLEOS JADERLÂNDIA 1, JADERLÂNDIA 2 E GUANABARA
SITUAÇÃO: Iterpa e Município de Ananindeua devem se manifestar
2. INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DA TITULAÇÃO DA ÁREA DA TERRA FIRME, OBJETO DO ACT 108/2024 E PROGRAMAÇÃO DE EVENTO DE ENTREGA EM NOVEMBRO
SITUAÇÃO: SPU, UFPA e Codem devem se manifestar
3. Deliberação última reunião: EXPEDIÇÃO DE OFICIO A PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA SOLICITANDO INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DA ANÁLISE DA FORMALIZAÇÃO DE ACORDO ENTRE CODEM E MUNICÍPIO DE ANANINDEUA PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA ÁREA DO BAIRRO DE SAPUCAIA.
SITUAÇÃO: Foi expedido o ofício 330/2024-CGJ. Sem registro de resposta no Pjecor.
4. MANIFESTAÇÃO SOBRE A SOLICITAÇÃO APRESENTADA PELO ITERPA, NA REUNIÃO REALIZADA EM 27.05.2024, ENCAMINHADA PELO OFICIO 291/2024-CGJ, DE 16.07.2024.
SITUAÇÃO: Famep deverá se manifestar
5. DEVOLUTIVA SOBRE A DOAÇÃO DA ÁREA FEDERAL, PERTENCENTE AO INCRA, AO MUNICÍPIO DE CAPITÃO POÇO, PARA FINS DE REALIZAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.
SITUAÇÃO: CRI de Capitão Poço e Incra/Belém devem se manifestar
6. CIENTIFICAR OS MEMBROS DO RECEBIMENTO DO PROCESSO 0003790-62.2024.2.00.0814, SOBRE O ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 074/2024 CELEBRADO ENTRE O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), A CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA, O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP), O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) E O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), COM O OBJETIVO DE UNIR ESFORÇOS PARA REGULARIZAR TERRENOS DE OBRAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA FINANCIADAS PELO FNDE E MEC. FOI DETERMINADO QUE AS CORREGEDORIAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DE 16 ESTADOS REQUISITEM CERTIDÕES DE REGISTROS DOS IMÓVEIS LISTADOS, COM O OBJETIVO DE REGULARIZAR A

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA. AS CERTIDÕES DEVEM SER ENCAMINHADAS AO CNJ PARA CONTINUIDADE DAS AÇÕES.

Situação: deve ser solicitado apoio ao CRI

7. O QUE OCORRER

A REUNIÃO FOI ABERTA ÀS 10H45.

DISCUSSÕES/DEBATES (a transcrição foi feita com o auxílio da ferramenta *Transkriptor*):

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Dando início agora à nossa pauta urbana, o nosso item 1 trata sobre informação sobre a quantidade de títulos que serão registrados passíveis de entrega durante a Semana do Solo Seguro...o item 1 da pauta trata sobre o Registro de Imóveis de Ananindeua. Doutora Etelvana está presente, ITERPA está presente. Contextualizando, parece que o ITERPA mandou para o cartório de Ananindeua diversas áreas para serem registradas através de REURB dos núcleos de Jaderlândia 1, Jaderlândia 2 e Guanabara. Foi feito encaminhamento ao cartório através do ofício 735 e foi gerado um processo porque parece que havia alguma questão com relação às REURB's-E, que não teria sido feito o levantamento. Então, o ITERPA encaminhou à Corregedoria, a Corregedoria pediu manifestação do cartório, inclusive hoje seria o prazo de manifestação, então a gente vai aguardar. A senhora prefere fazer uma explanação ou mandar por escrito para que...

ETELVANA PAULINO-1º RI DE ANANINDEUA - Eu vou fazer uma explanação e encaminho também por escrito, pode ser? O que a gente recebeu, o material, era o mesmo caso em que eles fazem o cadastramento que é REURB-S e só faz o material topográfico que é REURB-S. Aí o vizinho, que é REURB-E, eles não fazem o material topográfico. Só faz de quem é REURB-S. Até conversei com o doutor Bruno e expliquei que não tem como a gente fazer a REURB dessa maneira, porque a gente tem que abrir uma matrícula matriz onde tem todos os lotes, e depois é que a gente faz a individualização das matrículas. Conversei com ele pelo *WhatsApp* que precisaria de um material completo. Não tem como fazer uma REURB de um lote de uma quadra, de um lote de outra quadra, então tem que ser do núcleo urbano. A legislação fala que é do núcleo urbano e não individual de só de quem é "S". Eu conversei com eles e o mesmo material que é encaminhado para a gente foi encaminhado para a prefeitura. Eu tive conhecimento que a prefeitura está completando esse material que está faltando. Está dando um pouquinho de trabalho, mas eles vão conseguir completar esse material para fazerem completo, da área total de todo o material topográfico. Eles vão emitir a CRF também. Enquanto isso, eles estão finalizando, a prefeitura, a gente está finalizando alguns lotes que, vamos supor, do Cristo Rei são 707 lotes, tem Malvinas 2, 149, Parque Icuí 628 lotes. Essa semana, a gente já finaliza essa quantidade. Então, no total, não sei como que vai computar do Solo Seguro, de agosto do ano passado até agora nesse mês a gente vai conseguir 5.141 lotes. Não sei como é que funciona. Tem um período que vai computar ou é por ano?

LUCIO GUERREIRO – CGJ - O período é por ano. Desde o ano passado, desde que nós firmamos o nosso termo de cooperação técnica o que foi contabilizado no passado não entra e o que foi expedido...após agosto, desde que não tenha sido contabilizado no Solo Seguro Favela de junho desse ano. Aqueles ali também são subtraídos. Se não foram contabilizados, pode se somar.

ETELVANA PAULINO-1º RI DE ANANINDEUA - Entendi. Então seria só depois da Favela que seria o...

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Até hoje, é. A gente precisa dessa informação porque, salvo engano, essa entrega do ITERPA de Ananindeua, expedidos pelo ITERPA será junto com a titulação quilombola no dia 26 de novembro, agora. Então, veja o que é possível fazer até lá. Então, pelo jeito está resolvida a questão da ausência de geoespacialização e levantamento da REURB "E".

ETELVANA PAULINO-1º RI DE ANANINDEUA - Isso, a depender da prefeitura, se ela conseguir mandar essa semana a gente pode trabalhar. A gente vai depender da prefeitura porque ela além de corrigir, ela tem que emitir a CRF.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - O doutor Alexandre ainda é o secretário em Ananindeua?

ETELVANA PAULINO-1º RI DE ANANINDEUA - É.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Eu vou fazer uma ligação a ele, para a doutora Flávia para ver se a gente consegue agilizar.

ETELVANA PAULINO-1º RI DE ANANINDEUA - O que está bem adiantado é Jaderlândia. Jaderlândia 1 está bem adiantado. Os cadastros já estão todos prontos. Esse estaria fácil de finalizar, o Jaderlândia 1.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Então a gente vai entrar em contato com eles para ver se eles conseguem encaminhar o mais rápido possível essa documentação.

ETELVANA PAULINO-1º RI DE ANANINDEUA - Eu também gostaria de falar sobre a COHAB, não sei se há alguém da COHAB aqui. Acho que não, hoje não tem?

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Tem alguém da COHAB online? Não.

ETELVANA PAULINO-1º RI DE ANANINDEUA- Então da COHAB seria um outro tipo de REURB que não vai ser emitida CRF. É uma REURB nominada que a gente vai corrigir o loteamento, o registro que não tem lá no loteamento. Da Cidade Nova 7 já estamos finalizando, e a 8 e 9 já está em andamento também. Não sei se vai computar também, da Cidade Nova são 818, da Cidade Nova 7.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Se a senhora conseguir registrar até o dia 25 de novembro, contabiliza sim.

ETELVANA PAULINO-1º RI DE ANANINDEUA - Não sei até se o Flávio recebeu da Casa Civil um pedido de busca do 2º Ofício, que a gente vai depender também dessa busca do Flávio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - De cabeça, eu não lembro de terem me falado nada.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Obrigado, doutora Etelvana. Nosso item 2 da pauta é sobre a questão da titulação da área da Terra Firme, objeto do ACT 108/2024, SPU, CODEM, UFPA. Quem gostaria de começar a explicar?

LULY FISCHER-UFPA -Então vou dar os encaminhamentos, os andamentos do processo. A gente fez duas quadras em parceria com a SPU e a CODEM, foram feitos 102 cadastros. 101 cadastros foram validados. A gente tem hoje 72 processos aptos à titulação dos 102. Mas, nós temos algumas questões a avaliar. A primeira delas é que o parecer referencial que nós temos disponível hoje para a titulação é apenas de concessão especial de fins de moradia e direito real de uso, não é domínio pleno, e o ACT previa a conversão desse instrumento para domínio pleno por meio de um termo específico que ficou pendente. Doutor Marcos na saída acabou não concluindo, porque a saída dele foi abrupta. Até o momento, até que eu tenha conhecimento, não foi ainda indicado um novo superintendente para a situação. Então, para que a gente possa titular essa área no prazo, a gente precisaria utilizar esse instrumento. Se a gente quiser trabalhar com o instrumento que está previsto no ACT, que é o instrumento de destinação plena, a gente precisa de um ato ainda da SPU para que haja essa anuência. Então existe essa pendência a ser resolvida para que a gente tenha aproximadamente 72 títulos. Existem 29 processos que falta algum tipo de documentação, então seria possível fazer uma nova diligência para ver se a população entregaria a documentação. Também queria ressaltar que conforme os padrões nacionais, a taxa de sucesso de uma regularização fundiária urbana é de 35% do total que a gente faz, então assim, é um percentual alto. A gente está chegando em quase 70% em comparação à média nacional, então isso é um fator positivo ter aderência da população para a entrega da documentação, mas é o primeiro passo. E com a mudança de gestão, como a gente tem uma cooperação tanto na SPU quanto na CODEM, a gente não tem ainda, mas acho que o Vanderson vai falar melhor sobre isso, a retomada das atividades. No total, a gente tem 8 quadras das 32 com peças técnicas finalizadas que permitiriam a regularização, mas só duas tem cadastro social finalizado.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Doutora, então a senhora pensa que seria pertinente nós oficiarmos à SPU, o doutor Odilon não resolve essa situação?

LULY FISCHER-UFPA - A questão é que esse ato depende de Brasília, então a questão não é...pode ser feito, mas a questão é quanto tempo demora em Brasília

para que a gente possa fazer essa conversão que é um termo de destinação específico. Então eles não têm autonomia para fazer, e era uma coisa que o Marcos estava trabalhando, o Odilon pode continuar, mas a gente precisaria de uma intervenção em Brasília para que a gente tivesse isso no menor prazo possível.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Então vamos oficializar e aproveitar a reunião com o CNJ e tentar levar essa situação junto à SPU. Bem, nosso item 3 da pauta...Doutor Vanderson, o senhor quer falar alguma coisa?

VANDERSON QUARESMA-CODEM -Doutor, só me deixo à disposição para a gente tentar também mandar logo o ofício, porque o senhor falou "vamos tratar com o CNJ", mas era importante já estar lá, não? O requerimento partindo daqui e o SPU-Pará mandando para Brasília.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Inclusive vocês poderiam nos ajudar na elaboração desse ofício dando a informação técnica daquilo que exatamente está faltando, para que a gente possa pedir o auxílio do CNJ, até para eles fazerem, entenderem o que a gente está precisando.

LULY FISCHER-UFPA - Na verdade, é um ato administrativo interno. Deixe eu só explicar. A legislação federal da, a legislação patrimonial da União diz que, via de regra, em áreas alagadiças, a concessão de direito não é plena, então é por isso que sempre a gente utiliza na Terra Firme a concessão especial com fins de moradia e a concessão de direito real de uso. Mas com a alteração da 13.465, havendo uma justificativa da SPU, considerando as obras de macrodrenagem que estão acontecendo na região e que a gente levou em consideração fazendo o processo de regularização, é possível fazer esse ato de destinação autorizando a transferência de domínio pleno, que é uma demanda da prefeitura porque seria, vamos dizer assim, incongruente nas áreas da União a pessoa não ter o domínio pleno e nas áreas do município, às vezes do lado, a titulação ser diferente. Então essa é a questão, para não criar uma desigualdade entre os regularizados, considerando que é uma cooperação.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - É uma peça técnica de justificativa, a fim de garantir esse título de uso e de domínio pleno.

LULY FISCHER-UFPA - Na verdade, é isso, para que a gente possa expedir direto a legitimação fundiária.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Mas precisa da manifestação local pedindo essa autorização.

LULY FISCHER-UFPA - Isso.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Então a gente já se fez entender, vamos dar prosseguimento...

GLEICE NEVES-DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO URBANA DE CAMETÁ- Com licença, eu gostaria de falar.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Quem fala, por favor?

GLEICE NEVES-DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO URBANA DE CAMETÁ - Com licença. Eu sou a Gleice, do município de Cametá. Estou como Diretora de Regulação Urbana aqui no município. Sobre esse assunto eu tenho uma dúvida muito grande porque, agora recentemente, nós conseguimos captar recursos do Estado para fazer uma reforma em uma feira que tem aqui no município. Nós estamos aguardando, no caso, para passar o imóvel, que é da União, para o município. Porque, há muitos tempos atrás, foi construída essa feira. A gente pesou que já era do município e que já tinha passado para o município, mas não foi passado. Então, para a gente conseguir captar o recurso, para fazer as reformas, a gente precisa que passe para o município esse imóvel. Estão conseguindo me ouvir?

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Doutora Gleice, é o seguinte. Essa sua demanda é uma demanda que ela é afim ao nosso item 6 da pauta, que acontece a mesma situação em Capitão Poço. Então assim, a gente vai só aguardar para a senhora falar no item 6 e a gente traz esse assunto à discussão, está bom?

GLEICE NEVES-DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO URBANA DE CAMETÁ - Está. Só que tem um outro item também, porque, como vocês estavam falando, eu não quis interromper. A primeira pessoa que falou, ela falou sobre regularização fundiária. Nós estamos fazendo uma regularização fundiária aqui no município de Cametá, e nós não tivemos orientações. Então nós fizemos, assim, através de conhecimentos adquiridos por aqui mesmo, e, graças a Deus, pelo que eu estou vendo na conversa de vocês, o nosso está indo tudo certo. Como ela falou, temos que fazer a demarcação da área, fazer o urbanístico, e depois ir demarcando quem são, quem é REURB “E” e REURB “S”, e foi feito por quadra, nós estamos na quadra 6, só que todas as quadras, todas tem as suas medidas, está tudo separadinho, bem certinho. Nós só doamos para quem é REURB “S”, na verdade. E tem a questão de que nós estamos em dúvida em doar para REURB “E”. Então, dentro dessa área que era de domínio do SPU que foi passado para o município, nós estamos aguardando para que a gente veja as conversas de vocês para que a gente entenda como fazer a REURB “E”, porque tem dentro dessa área já tem a UFPA, a UEPA, na verdade, tem uma escola que é do Estado, tem já diversas estruturas do Estado, então a gente queria saber como é que se faz a REURB “E” para essas instituições, porque nós ainda estamos muito em dúvida sobre a REURB “E”. Já temos todas as metragens, eles estão dentro do fluxo do nosso trabalho, só que há essa questão, nós não doamos. Nós só doamos a “S”.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Isso, doutora. Geralmente a “S” é doada e a REURB “E” é aquela que a pessoa pode pagar pela regularização fundiária.

GLEICE NEVES-DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO URBANA DE CAMETÁ - Pois é, só que a gente tem ainda muitas dúvidas, porque assim como a lei diz que a gente pode, ao mesmo tempo a lei, ela meio que nos impede. Nós temos uma lei que ela é baseada na lei federal, tem a lei já aqui que foi feita em 2022, que é a lei do município, mas mesmo assim ainda tem muitas dúvidas, porque dentro também da lei federal, assim como a gente pode ao mesmo tempo ter algumas coisas que nos impede. Então a gente queria essa instrução de vocês, para que a gente possa fazer uma REURB desses imóveis, porque eles precisam captar recursos também, por exemplo a UEPA. Ela precisa captar recursos, só que o imóvel onde ela está foi só uma concessão. Não foi doado em definitivo para ela. Então eles vêm nos cobrando e a gente precisa fazer essa doação, e eu queria que vocês pudessem...

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Doutora Gleice, eu acho que a senhora está precisando de um auxílio jurídico mesmo de como fazer isso. Então assim, aqui nessa reunião nós temos a professora Luly, que é da clínica urbana da universidade, a senhora pode officiar para a universidade, para entrar em tratativas com a universidade para ver se eles podem dar um auxílio nesse sentido, ver como se faz isso.

GLEICE NEVES-DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO URBANA DE CAMETÁ - Sim, sim. Essas eram só estas dúvidas.

LULY FISCHER-UFPA - Pode passar meu *WhatsApp* para ela?

LUCIO GUERREIRO – CGJ - A gente vai passar o *WhatsApp* da professora Luly, que ela é especialista em fazer esse auxílio aos municípios, e aí o município entra formalmente em contato com ela, e vocês registram um encaminhamento da melhor forma possível para que isso aconteça, está bom?

GLEICE NEVES-DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO URBANA DE CAMETÁ - Está bom, então. Muito obrigada pela atenção.

ETELVANA PAULINO-1º RI DE ANANINDEUA - Um minutinho, doutor Lucio. Aqui, a prefeitura de Ananindeua, eles emitem um DAM. Então, nesse caso de REURB, a pessoa paga uma taxa para a prefeitura que é justamente para cobrir esses custos que ela teve com georreferenciamento, e no cartório de registro de imóveis ela vai pagar o registro normalmente.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Perfeito. Isso no "E", no REURB "S" é outra situação. Então ficamos acertados assim, viu, doutora Gleice?

GLEICE NEVES-DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO URBANA DE CAMETÁ - Está bom, muito obrigada.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Disponha. Vamos então agora para o item 3 da pauta que seria informação sobre o andamento da formalização do acordo da CODEM e

município de Ananindeua sobre o bairro de Sapucaia. Tivemos algum andamento? Doutora Flávia não está presente hoje, não?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Não, da nossa parte, ainda nenhuma manifestação.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Tentei mandar mensagem para ela esses dias e ela ainda não me respondeu, então acredito que ela esteja lá muito atarefada, ou de férias, mas eu vou entrar em contato de qualquer forma para tratar do assunto da REURB “E” de Ananindeua, já aproveito é falo dessa situação aqui também. O item 4, encaminhamento das áreas do INCRA de Santarém já doadas aos municípios. O INCRA de Santarém não está presente em nossa reunião, então isso vai ser reportado amanhã, certamente, na nossa reunião nacional com o INCRA de Brasília e junto ao CNJ. FAMEP está presente na reunião hoje? Já percebi que a FAMEP também não tem mais vindo às nossas reuniões. Essa foi uma demanda do doutor Bruno Kono que a Paola está me informando, que seria sobre a solicitação apresentada pelo ITERPA na reunião do dia 27 de maio, isso a respeito das REURB’s que, o ITERPA não tem como fazer em todos os municípios, então ele criou auxílios da FAMEP na condição de associação dos municípios para que os municípios dentro de cada sua localidade pudessem auxiliar, então só para dar ciência do que se trata o item. Mas a FAMEP não compareceu. Vamos expedir um ofício pedindo mais uma vez manifestação. O nosso item 6, Capitão Poço está presente na reunião hoje? Doutora Renata está presente hoje?

RENATA ALMEIDA- RI DE CAPITÃO POÇO - Oi, oi. Bom dia.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - Bom dia, doutora Renata. Tudo bem? Então, houve algum andamento aí com relação ao INCRA, com relação a repassar a área para vocês?

RENATA ALMEIDA- RI DE CAPITÃO POÇO - Então, na verdade eu gostaria de saber da parte dos senhores, porque eu vi na sexta-feira na pauta da reunião, que houve a instauração de um PP no CNJ, e também estou vendo o senhor falar na reunião que terá amanhã, eu gostaria de saber se teve alguma notícia, vamos dizer assim, uma contrapartida via CNJ deles, porque na sexta-feira eu ainda conversei com um colaborador lá do INCRA, um servidor, questionando se eles estariam hoje presentes na reunião, porque, como senhor sabe, eles nunca estão realmente, e eles falaram que iriam mandar um representante, e eu vi que eles não mandaram, do INCRA aqui de Belém, mas como eu vi que foi instaurado esse PP, eu gostaria de saber se tem algum andamento por parte deles, porque com relação aqui diretamente ao município não teve. Eu estou acompanhando o processo, pedi ao pessoal da prefeitura que tem acesso diretamente o processo, também não teve andamento. Então, estamos na mesma, vamos dizer assim.

LUCIO GUERREIRO – CGJ -Doutora Renata, deixa eu então lhe reportar. Nós tivemos uma reunião com o CNJ, nós havíamos encaminhado a demanda de Capitão Poço para eles, mas foi uma reunião, que foi uma reunião que eu posso dizer foi um

pouco custosa. Demorou bastante, e nós nos ativemos à questão de se chegar a um padrão de requalificação nas três superintendências. Nós não conseguimos nessa reunião avançar no item de Capitão Poço. Então, amanhã na reunião que haverá novamente de retorno, vou tentar avançar nesse ponto aqui, já que ele constou do ofício que saiu da Corregedoria para o CNJ. Pedir o auxílio da doutora Liz porque, como acabou de falar a sua colega do município de Cametá, é uma questão comum a diversos municípios a questão desse repasse da área do INCRA para os municípios para que eles possam trabalhar e fazer as suas titulações. Então, talvez amanhã a gente tenha o encaminhamento. Está bom?

RENATA ALMEIDA- RI DE CAPITÃO POÇO - Sim, a gente fica no aguardo. Eu agradeço, doutor Lucio, porque como o senhor realmente pode ver, acaba que nós como cartório e o próprio município fica de mãos atadas sem nada poder fazer enquanto realmente não houver essa doação, porque como o professor da universidade colocou, acaba que as áreas não têm uma origem uma vez que não tem o registro e a doação para o município. Eu agradeço.

LUCIO GUERREIRO – CGJ -Obrigado, doutora. Bem, então, o desembargador está me lembrando aqui que, quem não estava presente no início da reunião, nós vamos ter a Semana do Solo Seguro, de 25 a 29 de novembro, e todos os títulos que serão entregues até essa data serão contabilizados no Estado do Pará para efeito da Semana Nacional. Então, todos os municípios que estão representados aqui, que estão online, que estão presentes, eu pediria que nos encaminhassem a estimativa de títulos que serão entregues e, assim que acabar a Semana, nos encaminhassem imediatamente a quantidade de títulos efetivamente registrados e entregues, e desde logo ficam todos para a nossa programação, que vai ser divulgada, vamos colocar no site. Eu adiantei aqui. Teremos o evento acadêmico no dia 25 e as entregas começam de terça a sexta-feira, então assim que estiver no site, nós vamos também comunicar, e desde logo todos convidados a participar, principalmente do evento acadêmico, que será no dia 25 que está sendo capitaneado pela professora Luly, que fez todo o projeto acadêmico dessa reunião pautado em uma questão de preservação ambiental. A senhora quer falar alguma coisa, doutora Luly? O desembargador sugeriu que a senhora apresente a programação acadêmica.

LULY FISCHER-UFPA - Obrigada. Agradeço o convite, vai ser uma programação de dia todo, organizada em quatro mesas. A gente vai tratar alguns temas que são considerados prioritários para o CNJ e para o TJ na matéria de meio ambiente. Vários dos colegas que estão aqui, que participam da reunião também fazem parte das bancas, então a gente vai fazer uma primeira banca, uma primeira mesa, que vai apresentar um pouco os resultados desse grupo de trabalho ao longo do tempo e os desafios da regularização fundiária especialmente para o aspecto ambiental na Amazônia. Depois a gente vai ter uma mesa sobre os desafios da implementação do novo marco de crédito de carbono aqui na região, com convite externo, sob patrocínio da ANOREG, a participação da doutora Andreia Barreto que vai falar sobre os desafios do ponto das comunidades tradicionais. A gente tem um terceiro ponto que vai, o doutor Davi está aqui e um outro magistrado vão falar sobre a parte

de elementos probatórios em ACT's e o processo estrutural na região. E o quarto bloco são de boas práticas, que a ideia é apresentar o que tem sido desenvolvido em relação ao meio ambiente na região, então a Fernanda Cerqueira da PGE vai apresentar um protocolo que ela desenvolveu para consultas de comunidades em caso de desastres. A gente também tem a apresentação de um protocolo um pouco no sentido, que foi demandado à FAMEP, de como se faz a identificação de macrodiagnósticos fundiários pelo ITV. Tem também o que acho que a Rosa pode falar melhor, a apresentação e o lançamento de uma cartilha que foi feita de forma colaborativa com o TJ, com o ITV-UFPA sobre regularização fundiária rural para assessorar agricultores familiares individuais.

ROSA PAES-INSTITUTO TECNOLÓGICO VALE - Bem, bom dia. Obrigada mais uma vez. Então, essa aqui é a versão oficial do documento. Chegou agora há pouquinho da gráfica, fiz questão de trazer primeiro para esse fórum o qual nos acolheu e tomou para si essa ideia. Essa ideia surgiu a partir de dados que nós colocamos em campo e vimos a insegurança que cobre o homem rural, o homem que vive no campo. E com tudo isso, nós, em um esforço muito grande, inclusive, conseguimos trazer de uma forma extremamente, penso que, didática, esse passo a passo para o agricultor. Então nós vamos ter também, com licença...um encarte aonde nós vamos apresentar para o agricultor como ele pode obter a posse da sua área, e esse encarte vai fazer também parte do documento. Vai ser avulso e vai estar também dentro do documento. Enfim, eu não vou falar muito, senão eu vou acabar dando *spoiler* depois. Obrigada.

DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO-CGJ - A importância de ambos os eventos nós não poderíamos deixar de estar consignada. Parabenizar pelo trabalho desenvolvido porque temos certeza de que isso é fruto de muito esforço, de muita luta, e fico muito feliz com isso.

ROSA PAES-INSTITUTO TECNOLÓGICO VALE - Me permita acrescentar. E, na semana anterior, eu e a professora Luly, também a doutora (inaudível), que é nossa bolsista no Instituto Tecnológico Vale, estaremos em Ourilândia do Norte, Tucumã, fazendo nosso dia de campo, visitando alguns agricultores, produtores rurais e também apresentando esse documento, entre outros também que nós temos trabalhado junto com eles, especialmente na cadeia cacaueteira.

DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO-CGJ - Tudo bem, parabéns. Ficamos muito contentes com isso. Nós vemos a importância da informação. Hoje se manifestou uma representante do município de Capitão Poço mostrando o valor que tem a informação e o quanto dificulta a ausência dessa informação. Conhecimento é poder. Poder de decisão, poder de iniciativa. Parabéns. Bom, então nossa reunião ficou para o dia 9 de janeiro, às 10 horas, mas nossos eventos na Semana da Regularização Fundiária, convido a todos, reitero a importância da participação e desejando que alcance cada vez mais esses bons frutos que auxiliam na segurança jurídica e também em uma melhor distribuição de renda a todos aqueles que são beneficiados com todo esse processo de regularização. Muito obrigado por tudo.



Não sei se alguém ainda quer falar alguma coisa. Se não, até a nossa próxima reunião. Feliz Natal, Feliz Ano Novo, boas festas. Muito obrigado pelo trabalho profícuo todo esse ano. Nos vemos em janeiro, mas nos vemos antes nos eventos da regularização, com certeza.

A REUNIÃO ENCERROU-SE ÀS 11h10.


APROVADA, PELOS PRESENTES, A ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO.

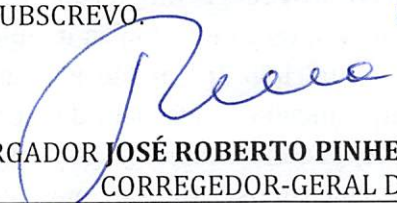
A GRAVAÇÃO DESTA REUNIÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO LINK:

TAREFAS A SEREM CUMPRIDAS	RESPONSÁVEL	PRAZO FINAL
1. Conclusão e encaminhamento do material topográfico completo de todas as áreas do núcleo urbano (não apenas das áreas "S") relativas a REURB de Ananindeua	ITERPA	5 DIAS
2. Expedição de ofício à SPU-Pará a fim de acelerar o processo da titulação da área da Terra Firme, mediante apoio técnico da Codem e UFPA para a redação do documento	CGJ	5 dias
3. Oficiar a Universidade Federal do Pará, por meio de sua Clínica das Cidades, solicitando apoio na Regularização Fundiária	Município de Cametá	Imediato
4. Incluir na pauta de reunião com o CNJ com foco em buscar soluções para padronizar e agilizar os processos de doação de áreas de Capitão Poço e Cametá aos respectivos municípios.	CGJ	Quando houver reunião com o CNJ
5. Encaminhamento de informações sobre titulações ocorridas na Semana do Solo Seguro	Municípios participantes	Cinco dias após a finalização

PROXIMAS REUNIÕES

DATA: 09.01.2025	INÍCIO: 10H	FIM: 12H	LOCAL: SALA MULTIUSO DO ANEXO 1 - TJPA
------------------	-------------	----------	--

NESTES TERMOS, NADA MAIS HAVENDO, FOI LAVRADA A PRESENTE ATA A QUAL, APÓS LIDA, FOI ASSINADA PELO CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA. EU  PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL DIGITEI E SUBSCREVO.


DESEMBARGADOR **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**
CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA